Análise do processo de desenvolvimento do CDS/UNASUL em tempos de austeridade

Faculdades Integradas Rio Branco[1]
Anderson de Araújo Mendes
Larissa Nunes Silva
Rafael Brito Matos
Vinícius Santos Rodrigues da Silva
Vinícius da Silva Araújo

Resumo: O presente artigo tem o objetivo fundamental de compreender o desenvolvimento da cooperação sul-americana em defesa, tendo como foco as repercussões do Conselho de Defesa Sul-americano (CDS/UNASUL). Para tanto, será empreendido um estudo de caso das funções, desdobramentos e consequências causadas na esfera da América do Sul destas instituições. A partir do quadro teórico mais abrangente das Relações Internacionais sobre a polarização do Sistema Internacional, com ênfase na América do Sul, será discutido a progressão das organizações de defesa sul-americanas, relacionando-as com a projeção de poder dos Estados Unidos e sua capacidade de influenciar regionalmente a América do Sul. Será abordado desde o desenvolvimento prematuro destas instituições até seus papéis na atualidade, destacando a importância da criação destas para o aprofundamento da almejada integração sul-americana, fator que tende a promover maior autonomia e capacidade regional, além de mitigar constantes desconfianças e divergências.

Palavras-chave: América do Sul; Cooperação regional; Defesa Nacional; Relações Internacionais

1. O processo de Integração Sul-americano

O subcontinente sul-americano é composto por 12 países e sete territórios integrados, dependentes ou autônomos. O turismo, a indústria do petróleo, as finanças, a construção, a agricultura, a pecuária e a pesca são, em geral, as principais fontes de receitas desta região. Conta com um Produto Interno Bruto (PIB) de aproximadamente 6500 trilhões de dólares e é uma região que integrada se torna extremamente relevante no plano internacional.

A integração sul-americana advém principalmente da necessidade de mitigar a dependência econômica que estes países mantinham com os países desenvolvidos, o que pode ser visto como um dos obstáculos no caminho para o desenvolvimento regional. Os países sul-americanos, portanto, promoveram uma série de cooperações e alianças com o intuito de criarem mercado e indústria nacionais. Nessa direção, um instrumento fundamental da integração sul-americana e da liderança brasileira na região é o Mercosul, o qual viabilizou o incremento comercial e político nas últimas décadas.

Como observado por Keohane e Nye (2001), no mundo da política a incerteza é abundante, há uma grande dificuldade em fazer acordos, não existem barreiras militares seguras como também não são seguras as questões econômicas. Isso costuma ser interpretado de forma resumida como um jogo em que atores perseguem seus próprios interesses, que não se importam com os demais atores. De acordo com a premissa Realista das Relações Internacionais, Morgenthau afirma que os Estados procuram o poder visando à manutenção do *status quo*, à expansão ou ao prestígio, isto através do poder para garantir a sobrevivência e a segurança.[2]

---

[1] Trabalho realizado por alunos das Faculdades Integradas Rio Branco, orientado pelo Prof. José Maria de Souza Júnior e coorientado pelo Prof. Peterson Ferreira da Silva.

[2] Mais detalhes em Nogueira e Messari (2005, p. 29).

Na América do Sul como um todo, fazia-se necessário o adensamento dos processos de cooperação e de integração face aos laços de dependência em relação aos países desenvolvidos, tendo em vista, por exemplo, a ausência de capacidades consolidadas de articulação regional diplomática e securitária, bem como a falta de instrumentos próprios voltados à ampliação de suas capacidades de atuação no Sistema Internacional. A premissa Liberal vem à tona, no sentido de que a cooperação é possível, principalmente através de organizações internacionais, como é defendido por Nye e Keohane (2001), em que estas serviriam para reduzir os custos da interdependência e criar condições favoráveis à cooperação, vista como meio mais eficaz para lidar com os conflitos gerados pelos novos padrões das relações internacionais. Se a integração procede de um processo de cooperação, frente a um sistema anárquico (BULL, 2002), esse deve ser analisado conjuntamente com a motivação dos países para a concertação. Portanto, são duas correntes distintas, mas na prática não são mutuamente excludentes.

Desta forma, a integração sul-americana pode ser vista como resultado de três fatores estruturais: globalização (abertura econômica), regionalismo (respostas às ameaças advindas da globalização) e busca por autonomia e poder no sistema internacional (DREGER, 2009).

Posteriormente, mediante o lograr das cooperações, acordos e aprofundamentos na integração sul-americana, a cooperação militar e na área de defesa também se mostrou fundamental e basilar para manter a unidade cooperativa formalizada. Historicamente, as alianças militares foram fundamentais nos imperativos do uso ou ameaça de uso da força, seja para defesa, dissuasão, compulsão ou intervenção (COTTEY; FOSTER, 2004). Com o final da Guerra Fria, o sentido de defesa guiada pela manutenção de poder e pela *Realpolitik* é alterado sensivelmente para a valorização da cooperação em segurança e da cooperação em defesa, na busca para a manutenção da paz e estabilidade do sistema internacional (REZENDE, 2013).

1.1 - União de Nações Sul-Americanas (UNASUL)

Diante da vontade dos países sul-americanos em ampliarem a cooperação e aprofundarem a integração perante seus objetivos comuns, isto é, no contexto dos esforços realizados por países da América do Sul visando a formar um grande bloco para defender seus interesses inalienáveis de aceleração do desenvolvimento econômico, preservação da autonomia política e de identidade cultural, a fim de ampliar a atuação e as suas capacidades no Sistema Internacional, era preciso a formulação da construção de uma visão sul-americana de defesa para permitir à região uma maior capacidade dissuasória frente a outros países.

Passadas as tensões da Guerra Fria, os desafios no âmbito da segurança e defesa foram postos aos países da América do Sul, podendo ser destacado o significativo distanciamento do Brasil em relação aos Estados Unidos e, simultaneamente, o movimento de aproximação brasileira com os vizinhos do sul do continente. Essa transmutação de rumos começou a se concretizar décadas atrás, com, por exemplo, o Tratado de Cooperação Amazônica, de 1978. E desde então as iniciativas para integração se multiplicaram, com o marco do Mercosul, em 1991, e, em 2008, a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), inspirada na União Europeia e formada pelos 12 países - Argentina, Brasil, Uruguai, Paraguai, Bolívia, Colômbia, Equador, Peru, Chile, Guiana, Suriname e Venezuela (Panamá e México participam como membros observadores). Um dos contextos imediatos que levaram à consolidação da UNASUL foi o ataque colombiano aos acampamentos das FARC em território equatoriano, o que manifestava a violação colombiana de princípios essenciais das relações regionais (respeito à integridade territorial e soberania jurídica). Como citou o embaixador Marcos Vinícius Pinta Gama, "*mais do que o estopim de nova crise política com contornos militares nos Andes, inaugurava a doutrina do ataque preventivo na América do Sul, aprofundando as diferenças políticas e ideológicas entre a Colômbia – maior aliado dos Estados Unidos da América na região – e seus vizinhos andinos*" (GAMA, 2010). Desta forma, a UNASUL está comprometida com o

fortalecimento da democracia, tendo atingido avanços importantes na mediação de tensões regionais, e busca por estabilidade regional.

Considerando-se os desafios em termos de segurança e defesa na América do Sul, não havia desde então uma ameaça única, visível e imediata aos países da região, logo havia condições de buscar a construção de arranjos cooperativos. Portanto, a partir dos anos 2000, uma série de reuniões de Cúpulas foi realizada e por fim consolidou-se a Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), em 2004, embrião da UNASUL. O surgimento da CASA deu-se no sentido de fortalecer as capacidades de negociação e projeção internacionais diante de uma América do Sul desafiada interna e externamente, sem o uso de suas plenas capacidades e potencialidades.

> Foram então firmados compromissos para o desenvolvimento de mecanismos de intercâmbio de informação de inteligência, intercâmbio acadêmico, ações de capacitação e treinamento, troca de experiências e conhecimentos científicos e tecnológicos em matéria de indústria de defesa e realização de encontros bilaterais ou multilaterais entre membros dos Ministérios de Defesa sul-americanos. O objetivo era consolidar a América do Sul como uma área de paz e estabilidade e promover uma coordenação mais eficaz contra as ameaças enfrentadas pelos Estados-membros, mediante a cooperação entre os Ministérios da Defesa, Forças Armadas e Forças de Segurança, em conformidade com os ordenamentos jurídicos internos de cada país. (ABDUL-HAK, 2013).

Em sessão de diálogo político no nível presidencial, realizada na I Cúpula Energética Sul-Americana (Isla Margarita, Venezuela), em abril de 2007, houve consenso em substituir a CASA por uma nova organização internacional, a UNASUL. A decisão deu início às negociações do Tratado Constitutivo do bloco, que contemplava, entre os objetivos específicos da nova organização, o "intercâmbio de informação e de experiências em matéria de defesa" (art. 3º, alínea "s"). A formalização da UNASUL se deu em 2008 e propunha-se um processo inovador de integração ao ser instituída com personalidade jurídica internacional, fato que atribui certo avanço à integração e configura a UNASUL como uma organização internacional, portanto possui *status* legal e possibilidade ampliada de dialogar com outros blocos. Ademais, possui maior foco na ação de política internacional, segurança e defesa, ao contrário dos demais regimes que ocorrem no campo econômico, refletindo a mudança do cenário internacional para a multipolaridade conjunta.

Portanto, a criação da UNASUL fomenta um plano ambicioso de cooperação regional ao passo que promove *"o fortalecimento do diálogo político entre os Estados Membros que assegure um espaço de concertação para reforçar a integração sul-americana e a participação da UNASUL no cenário internacional"*[3]. Adiante, os objetivos primordiais da organização seriam a integração energética e da infraestrutura para interconexão regional. A promoção da cooperação entre as autoridades judiciais dos Estados-membros, a coordenação entre organismos estatais na luta contra a corrupção, o narcotráfico, o terrorismo, o tráfico de armas e o crime organizado transnacional, além da cooperação em matéria de defesa. Ademais, a consolidação desta organização explicita a concertação política entre os Estados em relação às pressões econômicas, políticas e securitárias em um contexto de reestruturação sistêmica advinda das mudanças pós década de 90, além de forma de superação da desconfiança que havia entre os países sul-americanos desde os movimentos de independência.

É importante destacar a versatilidade da UNASUL, ou seja, as propostas são aplicadas por meio de consenso, contudo há a possibilidade de adoção parcial ou total das normas. A

[3] TRATADO CONSTITUTIVO DA UNIÃO DE NAÇÕES SUL-AMERICANAS, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7667.htm. Acesso em: 29 abr. 2017.

UNASUL *"deverá ser flexível e gradual em sua implementação, assegurando que cada Estado assuma os compromissos segundo sua realidade"*[4]. Seus órgãos são o Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo; o Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores; o Conselho de Delegadas e Delegados; e a Secretaria Geral. Posteriormente, nascem o Parlamento Sul-americano e o Conselho Energético, além do Conselho de Saúde Sul-americano e o Conselho de Defesa.

1.2 - Conselho de Defesa Sul-americano

Criado em dezembro de 2008 no âmbito da UNASUL, o Conselho de Defesa Sul-americano tem aportado de forma efetiva no fortalecimento da confiança mútua e na leitura compartilhada da realidade internacional, foi lançado pelo Brasil com o objetivo de incentivar ações de cooperação regional em matéria de defesa, diante da ofensiva colombiana. Afinal, o "*episódio em Angostura (Equador) revelou a dificuldade de promover esforços de mediação diplomática em um foro, como a OEA, em que um país predomina e projeta força sobre a América do Sul, gerando um desequilíbrio estratégico e temores de intervenção e ingerência política em vários países*" (ABDUL-HAK, 2013). O CDS é proposto como um órgão de consulta flexível – não prevê vinculação -, cooperação e coordenação em matéria de defesa a respeito de ameaças e riscos à região, logo, não possui poder intervencionista militar. Possui como propósitos centrais consolidar a região como uma zona de paz, possibilitando o pleno desenvolvimento democrático e dos povos da América do Sul; construir uma identidade sul-americana em matéria de defesa aliada a construção de medidas de confiança; gerar consenso para tonificar a cooperação regional na questão de defesa; articulação conjunta em fóruns e ações militares coletivas; e identificação conjunta de ameaças. Em suma, o objetivo primordial do CDS é estabilizar as relações interestatais a fim de promover maior estabilidade, previsibilidade e possibilitar maior integração.

Os movimentos externos demarcam grande influência nos Estados, condicionando variáveis como a estabilidade, portanto assegurar autonomia é questão vital para a regularidade nas relações entre as nações sul-americanas. Desta forma, a busca por autonomia e equilíbrio das relações deu-se mediante a concertação de políticas. O CDS é composto por quatro eixos principais: (1) políticas de defesa; (2) cooperação militar, ações humanitárias e operações de paz; (3) indústria tecnológica da defesa; e (4) formação e capacitação. Ademais, o CDS pode ser categorizado como uma comunidade de segurança, nos quais os países compartilham valores fundamentais e adaptam seus comportamentos a princípios, normas e instituições comuns, através de um compartilhamento positivo de identidades.

"Considerando a necessidade da UNASUL de contar com um órgão de consulta, cooperação e coordenação em matéria de Defesa" (UNASUL, 2008), é possível classificar a CDS como uma tentativa de estabelecimento de um mecanismo de segurança cooperativa, mesmo não sendo um órgão militar convencional, como a OTAN, mas sim um fórum político para intercâmbio em matéria de defesa que busca a formação de uma identidade comum baseada em valores e princípios comuns (respeito à soberania, autodeterminação, integridade territorial, não intervenção, subordinação dos militares ao poder democraticamente constituído, prevalência dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, a solução pacífica de controvérsias e a igualdade dos Estados), mas exige como esta, uma certa coordenação militar regional.

Desta forma, é importante destacar a diferença entre cooperação em defesa e cooperação militar. A cooperação em defesa repousa na cooperação e no ajuste recíproco das políticas de dois ou mais Estados em relação à ameaça, em que cada parte adapte seu comportamento em

[4]Id.

função de mudanças no comportamento do outro, em um sentido reprodutivo, inclui exercícios combinados (com o intuito de promover a interoperabilidade de distintas forças militares nacionais), a formação de recursos humanos, o desenvolvimento de tecnologia militar e o intercâmbio de inteligência. Já a cooperação militar possui um escopo mais restrito do que a cooperação em defesa, abrangendo a interação mais especificamente no nível de diferentes forças armadas, como, por exemplo, o intercâmbio entre militares em cursos de formação.

Em termos de sua estrutura, o Estatuto do Conselho determina que a instância máxima do CDS é a reunião anual de Ministros de Defesa. As delegações nacionais, contudo, devem ser compostas de representantes das Chancelarias e dos Ministérios de Defesa, no formato “2+2”, o que demonstra que o CDS foi concebido como uma diplomacia militar. O CDS também dispõe de uma Instância Executiva, composta pelos Vice-Ministros ou seus equivalentes, e que deve reunir-se, em princípio, a cada seis meses, para acompanhamento da evolução dos trabalhos do Conselho.

É vital enunciar o papel do Brasil nas propostas de integração. O país, juntamente com a Venezuela, foi um dos líderes mais fortes deste processo a partir de uma estratégia pautada pela diplomacia e pragmatismos, buscando a integração dentro do contexto da globalização. Os círculos concêntricos que partem do Mercosul, a ALCSA (Área de Livre Comércio Sul-Americana), as reuniões de cúpulas dos chefes de Estado sul-americanos são iniciativas do país (DREGER, 2009) por consolidar suas instituições e desenvolver sua economia. A UNASUL e o CDS não fogem desta dinâmica.

Os esforços sub-regionais que deram origem à I Conferência dos Ministros da Defesa da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), firmaram compromissos para o desenvolvimento de mecanismos de intercâmbio de informação de inteligência, intercâmbio acadêmico, ações de capacitação e treinamento, troca de experiências e conhecimentos científicos e tecnológicos em matéria de indústria de defesa e realização de encontros bilaterais ou multilaterais entre membros dos Ministérios de Defesa sul-americanos. Os objetivos e Interesses do Brasil era consolidar a América do Sul como uma área de paz e estabilidade e promover uma coordenação mais eficaz contra as ameaças enfrentadas pelos Estados-membros, mediante a cooperação entre os Ministérios da Defesa, Forças Armadas e Forças de Segurança, em conformidade com os ordenamentos jurídicos internos de cada país. Pois não apenas a estabilidade interna de cada país é importante para a integração, como a estabilidade das relações interestatais, era preciso estabilizá-las.

2. O poder da unipolaridade: a capacidade dos Estados de influenciar globalmente e regionalmente

Objetivamos durante este capítulo apresentar uma polarização tanto do sistema internacional quanto do sistema sul americano, e retratamos como esses aspectos influenciaram na progressão da área de defesa da América do Sul durante o pós-Guerra Fria, levando em consideração a necessidade de introduzir indústrias comuns para o desenvolvimento desses Estados sul-americanos.

2.1. Análise dos polos de poder no Sistema Internacional

Com o fim da União Soviética (URSS), comprova-se a preponderância (não hegemônica) dos Estados Unidos, isto é, a partir de 1991 a concentração de poder dos EUA na consequente unipolaridade é simétrica. De acordo com Wohlforth (1999) existem apenas três formas de contestar o poder norte americano, sendo elas: contrabalanceamento, integração regional e diferenças no crescimento de poder. Entretanto para o autor nenhuma dessas possibilidades seria crível, visto que possíveis atores revisionistas, como, por exemplo, alguns

países europeus, os quais passaram por uma crise econômica em 2008, além de mostrarem diversas fragilidades do processo de integração da União Europeia, e a China, a qual encontraria obstáculos internos e externos que tornariam o balanceamento inviável (REZENDE,2013). Além disso, Rezende (2013) ainda afirma que existem outras variáveis que evidenciam ainda mais a unipolaridade americana, sendo um deles, a capacidade de intervir mesmo sem aprovação prévia da ONU, podemos assim dar dois exemplos históricos do pós-Guerra Fria, na qual, essa variável é comprovada. O primeiro é a Guerra do Kosovo em 1999, onde os Estados Unidos utilizaram a OTAN para intervir na Iugoslávia, empregando o conceito de Responsabilidade para Proteger como justificativa, e consequentemente agindo sob a antiga esfera de influência da antiga União Soviética (atual Rússia), e afirmando, assim, sua unipolaridade. O segundo caso foi a guerra do Iraque em 2003, na qual nem mesmo a não aprovação da ONU como também a não participação de aliados importantes foi o suficiente para impedir o avanço norte americano.

Infere-se que os Estados Unidos cumprem os requisitos para serem considerados o principal polo de poder no Sistema Internacional, podendo arcar com possíveis custos de manutenção da ordem vigente, como também projetam seu poder de forma que seja custoso o aparecimento de Estados revisionistas, caracterizando assim, uma unipolaridade americana.

2.2. Análise dos polos de poder na América do Sul

Antes de abordarmos a progressão e o desenvolvimento na área de defesa na América do Sul faz-se necessário a exposição de uma análise acerca dos polos de poder encontrados dentro do sistema sul-americano.

Ao se fazer uma análise geral de indicadores, como por exemplo, a quantidade de efetivos de defesa, tamanho da população, PIB, entre outros, fica evidente uma vantagem brasileira quando comparada aos restantes dos países latinos americanos, entretanto, antes que se tenham conclusões precipitadas no que tange a distribuição de poder no subcontinente, torna-se necessário uma análise comparativas mais profunda, para só então podermos concluir se o equilíbrio de poder realmente pende para uma preponderância brasileira na América do Sul.

De acordo com Rezende (2013), o Brasil apresenta os indícios de uma potência regional, como por exemplo, aptidão energética, plantas industriais desenvolvidas, disponibilidade de crédito, um PIB que já superou todos os PIBs somados dos demais países sul americanos e uma população consideravelmente maior. Outro aspecto se dá na relação aos gastos destinados para a área militar, visto que o Brasil supera todos os demais países sul americanos somados no quesito de investimentos na defesa. Contudo, quando analisamos mais a fundo esses indicadores, principalmente para os recursos militares de uso imediato, nota-se uma aproximação da Colômbia, pois já em 2013 os números do exército da Colômbia superaram os do Exército Brasileiro (EB) de forma significativa. No que se refere à força naval, a Marinha do Brasil permanece na liderança, porém não com tanta intensidade quando comparada ao crescimento colombiano nessa área. No poder aéreo, a Força Aérea Brasileira (FAB) permanece com uma certa superioridade, contudo não supera a soma dos outros países, o que não caracteriza uma unipolaridade regional (REZENDE, 2013). Todavia, lembramos que no caso da Colômbia esse crescimento militar foca-se em solucionar problemas puramente domésticos, como o combate às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e grupos de narcotraficantes. Assim, até o momento, os colombianos não demonstraram interesse em projetar esse poder militar para os demais países vizinhos, mas ainda assim, esse crescente poder militar colombiano deve ser levado em consideração no cálculo para definirmos as tendências de poder na América do Sul.

Sendo assim, se por um lado, o Brasil possui vantagens comparativas para ser considerada o principal polo de poder sul americano (PIB, potencial energético, alto índice

populacional, entre outros), por outro lado, o Brasil não cumpre todos os requisitos no que tange os recursos militares, ou seja, não possui controle simétrico dos indicadores de poder. Vale lembrar que, a projeção de poder pode se dar também por outras vias, principalmente em um continente em que o poder militar é tão pouco utilizado, isto é, "*não se pode descartar totalmente a possibilidade de uma tendência brasileira para a unipolaridade*" (REZENDE, 2013, p. 163)

Conclui-se que a distribuição de poder na América do Sul está em uma multipolaridade desequilibrada, porque mesmo tendo o Brasil como potencial polo de poder, esse espaço ainda não pode ser preenchido, em razão de sua superioridade ser questionável, abrindo assim oportunidade para Estados revisionistas, lembrando que, atualmente, o Brasil vem passando por uma de suas piores crises econômicas (que vem servindo como um obstáculo para a possível projeção de poder por vias econômicas), o que só serviu para relativizar ainda mais seu protagonismo no continente sul americano, pois vem apresentando cada vez mais impossibilidade de arcar com os custos de ser uma verdadeira liderança regional.

2.3. Cooperação na área de defesa na América do Sul

A partir da década de 1990, percebe-se a presença de novas ameaças externas no continente sul americano (já que as possibilidades de um conflito armado entre os Estados da região são pouco prováveis dado ao seu histórico relativamente pacífico). Para Dreger (2009), no novo contexto pós-Guerra Fria apresenta uma demanda por uma agenda internacional de segurança que possui um caráter multidimensional, que abrange o crime organizado, drogas, corrupção, tráfico de armas, ou seja, são ameaças, essencialmente, transnacionais. Entretanto, nota-se a influência norte americana na América do Sul, assim, Dreger (2009) afirma que:

> Assim, o Estado norte-americano atua como um dos principais definidores da agenda securitária na América do Sul, o que fica particularmente claro na questão colombiana. Por meio do Plano da Colômbia, a atuação dos EUA nesse país buscou inserir o combate ao narcotráfico e ao terrorismo como os principais problemas de segurança para o continente, vinculando-os através do conceito de narcoterrorismo. Este plano é um exemplo considerável de ação que visa transformar a agenda norte-americana em agenda multilateral das Américas.

Perante este cenário, o Brasil depara-se com uma vontade por implantar um conselho de defesa regional, o que poderia ser uma ferramenta útil para evitar confrontos futuros, como o que aconteceu entre a Colômbia e o Equador em 2008, além disso, um CDS, que fosse responsável por resolver problemas que ameaçassem a segurança regional, teria como objetivo também servir como uma forma de conter a projeção de poder norte-americana na região. Então após sobrepujar os contragostos iniciais da Colômbia, foi estabelecido um corpo técnico que seria responsável por definir a possível efetivação do projeto (DREGER, 2009). Assim sendo, o CDS é estabelecido em 16 de dezembro de 2008.

Outro aspecto que deve ser levado em consideração para o funcionamento da integração entre os Estados da América do Sul, e para o consequente maior poder de persuasão para o bloco, é o desenvolvimento de uma indústria comum de defesa, e para isso seria necessário uma alto grau de compartilhamento entre os Estados, pois seria fundamental coordenar desde as pesquisas para a área de defesa como também criar incentivos para a indústria privada que seria responsável por suprir as demandas geradas pela indústria comum de defesa, ou seja, desenvolver a indústria regional para que assim o continente fosse autossuficiente com relação aos insumos (LOYOLA, 2009).

Entretanto, é válido lembrar que durante o processo de negociação e institucionalização do CDS o Brasil passava por processo de crescimento econômico considerável (2008), visto

que, a projeção de poder também pode se dar por vias econômicas, então essa estratégia de contrabalanceamento regional para com a projeção de poder norte-americana, era perfeitamente factível. Todavia, como dito anteriormente, esse quadro se alterou, pois o Brasil se encontra em uma profunda crise econômica, dessa forma, não sendo mais capaz de lidar com os custos do balanceamento regional frente à unipolaridade americana.

3. Cooperação estratégica na área de defesa na América do Sul: evolução e logros

3.1. Os alinhamentos bilaterais em defesa

No histórico contemporâneo, podemos visualizar acentuação no processo de cooperação militar na América do Sul.

O Brasil reproduziu esse fenômeno, principalmente, durante os governos Lula. Entre 2002 e 2010, dezesseis acordos bilaterais que tangem a defesa foram assinados e oito destes continuam em vigor até hoje (REZENDE, 2016). Nem os governos anteriores nem posteriores chegaram a essa quantidade de acordos firmados. Foram assinados acordos com todos os países da UNASUL e, além disso, o governo brasileiro à época foi o que mais impulsionou a articulação da cooperação regional em torno da defesa (REZENDE, 2013).

Apesar da liderança e do logro brasileiro em iniciar algumas instituições de defesa regional, o Brasil não realizou tais feitos sem resistência. A Colômbia foi o país que apresentou mais aversão à criação do CDS e da UNASUL. Segundo Pagliari (2010), a questão que motivava o então presidente colombiana Álvaro Úribe a não ter sido complacente com todo o processo se deu a partir da argumentação de que os problemas colombianos eram relacionados à guerrilha (no limite, narcotráfico) e que isso seus vizinhos "não tinham nada a ver com isso". Porém, a partir de um convencimento articulado pelo Brasil, a Colômbia mudou sua posição e passou a integrar os dois órgãos de defesa sul-americanos (PAGLIARI, 2010).

O Paraguai é o país que mais possui acordos bilaterais com o Brasil quando o assunto é defesa. Entre eles, listam-se alguns como a criação de uma missão técnica aeronáutica em Assunção, combate ao tráfego de aeronaves envolvidas em atividades ilícitas internacionais, cooperação militar propriamente dita etc. (REZENDE, 2016). Ambos os países platinos possuem um acordo militar que deve ser valido até 2021, incluindo operações combinadas na fronteira, capacitação, treinamento, troca de informações, entre outras (BRASIL, 2016).

Quando se fala de fronteiras, certamente a Venezuela é vista como um parceiro importante para o Brasil. Ao compartilhar parte da selva amazônica, o Brasil sempre buscou estabilidade na área em questão junto do auxílio venezuelano, visando combater países que transbordavam alguns problemas mais preocupantes, como a Colômbia e a questão do narcotráfico (FRANKLIN, 2006). Já do lado venezuelano, o Brasil é um parceiro de peso à medida que era o único país com quem a Venezuela não tinha tensões fronteiriças, representando assim, um companheiro estratégico (FRANKLIN, 2006) – atualmente, tal condição pode não ser mais verossímil, tendo em vista que o presidente Maduro ordenou o fechamento da fronteira entre Brasil e Venezuela, por 72 horas, alegando que existiam "máfias" na região que fazem contrabando de bolívares a fim de desestabilizar a economia venezuelana (BRANDÃO; COSTA, 2016).

A cooperação puramente militar, se estendeu também a fim de obter também um caráter técnico, como é o caso da parceria Brasil-Argentina. Recentemente, a coordenação na área de defesa entre os dois países reforçou seus laços a partir da criação da chamada Aliança Estratégica em Indústria Aeronáutica (AEIA), que visa integrar e dar resiliência aos setores industriais de defesa destes países (DEFESANET, 2014).

Alguns outros tipos de cooperação em defesa do Brasil para com outros Estados sul-americanos terão mais substância na própria criação da UNASUL e do CDS, como será

explanado mais adiante. Não obstante, o Brasil ainda possui acordos no tema defesa com países como Equador, Chile, Peru – com este, o governo brasileiro possui também acordos que pairam sobre a vigilância da Amazônia –, etc. (REZENDE, 2013).

Dentro da cooperação militar firmada pelos países sul-americanos, um item pouco discutido ascende. A realização de "cursos comuns de formação doutrinária" é evidenciada a partir de entrevistas feitas por Rezende (2013) com personalidades de importantes instituições de segurança nacional, como o general César Augusto Nardi de Sousa, que à época, era Subchefe de Política e Estratégia do Ministério da Defesa do Brasil e "responsável pela representação brasileira no CDS". A modalidade de cooperação em questão ampara um intercâmbio militar entre os países e o treinamento de suas tropas, gerando um consequente compartilhamento de técnicas entre as tropas e, além disso, o estudo das mobilizações regionais de defesa. Destacam-se, no Brasil, o Curso Avançado de Defesa Sul-Americano (CAD-SUL), o Curso Superior de Defesa (esses ofertados pelas Escola Superior de Guerra e Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, respectivamente) e o Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE) (REZENDE, 2013).

3.2 - Os alinhamentos multilaterais prévios de cooperação em análise

Segundo Rezende (2013), o eixo do sistema cooperativo das Américas, engendrado na Guerra Fria, é convencionalmente chamado de sistema interamericano. Concebido justamente para tratar sobre questões de defesa e segurança do continente americano, possui três estruturas de cooperação principais: a Organização dos Estados Americanos (OEA), o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) e a Junta Interamericana de Defesa (JID).

A OEA carrega o pioneirismo de ser o mais antigo organismo regional do mundo, sendo concebida à princípio em 1890 como União Internacional das República Americanas e, mais tarde, em 1948, se tornando propriamente a dita cuja (OEA, sem data). A organização abrange 35 Estados americanos e se configura como "o principal fórum governamental político, jurídico e social do Hemisfério" (OEA, sem data).

O TIAR é um tratado adotado pela OEA em meados de 1947, ano no qual o mundo vivia o contexto bipolar da Guerra Fria que, por sua vez, influenciou o objetivo do tratado, que é "*assegurar a autodefesa coletiva legitima no caso de um ataque de potência estrangeira de fora da região e decidir ações conjuntas no caso de um conflito entre dois Estados partes do tratado*" (OEA, sem data).

Por fim, A JID, concebida em 1942, assegura a posição da mais antiga organização regional de defesa no mundo, surgida para prestar auxílio à OEA e seus membros a partir do provimento de "serviços de assessoramento técnico, consultivo e educativo em assuntos relacionados a temas militares e de defesa no Hemisfério" (JUNTA INTERAMERICANA DE DEFESA, sem data).

Os três mecanismos citados acima contribuíram para um aprofundamento inicial dos países americanos no que tange segurança e defesa. Emergidos no contexto da Guerra Fria, Rezende (2013) expõe que as alianças serviram muito para os EUA manter sua influência na região. Basicamente, então, deduz-se que os sistemas de defesa da região das Américas surgiram para consolidar os países americanos contra a ameaça comum que era a União Soviética e, portanto, depois da fragmentação do país comunista, as referidas organizações podem ter sido marginalizadas (REZENDE, 2013).

No que tange essa ineficiência inicial na área de segurança regional, os países da região sul-americana enfrentavam dilemas. Cepik (2010) apontou que o aglomerado de segurança existente não conseguia resolver importante parte dos problemas que os países sul-americanos tinham internamente, como o tráfico de drogas, crime organizado, altos índices de criminalidade e violência interpessoal, etc.

Pelas grandes iniciativas de integração terem se iniciado a partir da necessidade de desenvolvimento dos países, a parte econômica sempre teve mais foco de início, e somente com cooperações mais técnicas, de infraestrutura para ser mais específico, se abriu espaço para outros tipos de integração, como justamente a que toca a segurança e defesa (PAGLIERI, 2010). Entre essas tentativas de integração, podem se listar alguns esforços relevantes no processo.

A Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), uma instituição regional que compreende 13 países membros e é considerado o maior aglomerado de integração na América Latina, tendo em seus princípios itens como "pluralismo em matéria política e econômica, (...) a criação de um mercado comum latino-americano, (...) tratamentos diferenciais com base no nível de desenvolvimento dos países-membros" (ALADI, sem data).

A CELAC, criada em 2008 por iniciativa brasileira, representou um promissor início por englobar todo o hemisfério americano com exceção da América do Norte, tendo justamente como objetivo "estabelecer um processo de cooperação que abrangesse toda a região latino-americana e caribenha" (MRE, sem data). A CELAC visa promover o desenvolvimento e a convergência política dos seus países-membros através da cooperação, e vem perseguindo esses objetivos com atuações recentes – o Brasil, por exemplo, sediou reuniões sobre Agricultura Familiar em 2013 e 2014, e organizou reuniões sobre Afrodescendentes da CELAC, buscando discutir políticas públicas que visassem lutar contra ao preconceito racial e a discriminação em 2014 e 2015 (MRE, sem data).

No que toca assuntos de defesa, a CELAC aprovou documentos de baliza direcionados aos países-membros (como exemplos, o Comunicado Especial de Apoio à Luta contra o Terrorismo em todas as suas Formas e Manifestações e o Comunicado Especial sobre a Eliminação Total das Armas Nucleares), e apesar dos poucos resultados tangíveis, a observação da organização denota sua importância como "coordenadora política" dos países que a compõem (REZENDE, 2013).

Além dos citados, ainda é válido salientar nomes como o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e Comunidade Andina de Nações (CAN) como organizações de integração e cooperação regionais recentes e que tem objetivos preponderantemente comerciais e econômicos.

A organização de um eixo cooperativo no âmbito de segurança e defesa auxiliaria muito a capacidade persuasiva da região, podendo ser considerado um importante avanço na consolidação de uma unidade sub-regional – a superação da fragilidade institucional sul-americana (PAGLIARI, 2010).

3.3. Políticas externas e a centralidade dos Complexos de Segurança

A causa da situação atual da cooperação sul-americana é caracterizada por diversos fatores que configuram um cenário propício a cooperação na região, fatores estes compreendidos pela maior participação russa no sistema internacional, bem como o declínio relativo dos EUA, o crescimento – político e econômico – chinês, e as alterações de agenda dos diversos atores envolvidos, diretamente e indiretamente (FUCCILLE; REZENDE, 2013). O processo de uma reconfiguração de um Complexo Regional de Segurança (CSR). Assim como afirmam Buzan e Wæver (2003), o complexo regional da América do Sul não é nem sobreposto e nem desestruturado[5]. A estrutura é mudada a partir das alterações no pré-Guerra Fria e no decorrer da mesma, as vulnerabilidades domésticas foram contidas por conta da maior reaproximação dos países na lógica de intervenções americana e a própria cooperação, mesmo que mínima. Buzan e Wæver ainda afirmam que as relações estão se fortalecendo, por mais que Argentina e Brasil, com o Mercosul, possuíram tempos de recessões econômicas desde sua

[5] *South America has traditionally been an RSC, not overlaid (although penetrated) and not unstructured (...)*

criação, completando a ideia de perpetuação e evolução com a própria continuidade "mercado comum". O ponto fundamental é a questão da vulnerabilidade e da evolução das instituições de defesa na América do Sul. A questão de crescimento relativo entre Mercosul e CDS (Conselho de Segurança), com a UNASUL, se baseia principalmente na importância de agenda entre os Atores envolvidos, configurando uma posição de relevância maior as questões no âmbito econômico do que no político-estratégico na área de defesa.

Para que se tenha uma visão melhor acerca da evolução da cooperação em defesa nos tempos atuais, há a necessidade em alocar importância no fator da característica do chefe de governo de cada nação. O Brasil no decorrer dos tempos cooperativos da UNASUL com o CDS no período entre Fernando Henrique Cardoso (FHC) a Dilma Rousseff – 2003 a 2016 – adentrara em altos e baixos pela distinção entre cada mandato. FHC buscava maior aproximação com os Estados unidos pela questão da centralidade e pelo fator grandioso de uma nação potência nos tempos (VIGEVANI; OLIVEIRA; CINTRA, 2003, p. 42), expressando seus ideais com a própria frase: "*os Estados Unidos são nosso parceiro fundamental, por causa da posição central desse país*" (O ESTADO DE S. PAULO, 1995, A5). Tal discurso entra em concordância com os argumentos de Buzan e Wæver (2003) sobre maior influência americana no período anterior e no decorrer da Guerra Fria. Não obstante, o bilateralismo não significava exclusão da influência brasileira na América do Sul. A parceria servia mais como uma rota de fuga do que a quebra de laços com o restante dos Atores da UNASUL. A ressalva parte da importância da economia comparada com o âmbito de defesa. Lula, diferentemente é descrito como mais diplomático, por Paulo Roberto de Almeida (2004), complementando com as seguintes palavras:

> Do ponto de vista do conteúdo, a diplomacia do governo Lula apresenta uma postura mais assertiva, mais enfática em torno da chamada defesa da soberania nacional e dos interesses nacionais, assim como de busca de alianças privilegiadas no Sul, com ênfase especial nos processos de integração da América do Sul e do Mercosul, com reforço conseqüente deste no plano político.

Não obstante, o mesmo complementa com observações em defesa e política ressaltando aspectos multilateralistas do presidente.

> No plano político, é evidente o projeto de reforçar a capacidade de "intervenção" do Brasil no mundo, a assunção declarada do desejo de ocupar uma cadeira permanente num Conselho de Segurança reformado e a oposição ao unilateralismo ou unipolaridade, com a defesa ativa do multilateralismo e de um maior equilíbrio nas relações internacionais. No plano econômico, trata-se de buscar maior cooperação e integração com países similares (outras potências médias) e vizinhos regionais.

No caso de Dilma Rousseff, "(...) *a estratégia de diversificação de parcerias comerciais e de ênfase na cooperação sul-sul manteve-se como meio para alcançar esses objetivos, mas os esforços despendidos foram menores, caracterizando-se o ajuste no sentido da contenção na continuidade*". (HERMANN, apud Cornetet, 2014, p. 140). Sua política envolveu dar uma continuidade das políticas de Lula, porém de uma maneira mais branda e com menor alocação de recursos.

Em questão da UNASUL, seu próprio tratado constitutivo expressa objetivos superficiais que não aprofundam muito em questões políticas que ferem a própria constituição dos atores participantes tampouco confronta suas políticas internas. A própria criação da instituição demonstra seu aspecto incipiente nos termos da cooperação no âmbito da defesa.

> (...) nos marcos da institucionalidade e princípios da Unasul. Conforme seu documento constitutivo, seus objetivos gerais são: (a) consolidar o subcontinente como uma zona de paz, base para a estabilidade democrática e desenvolvimento integral dos povos sulamericanos, além de contribuir para a paz mundial; (b) construir uma identidade sul-americana em matéria de defesa, levando em conta as características sub-regionais e nacionais e contribuindo para o fortalecimento da unidade da América Latina e Caribe; (c) gerar consensos para fortalecer a cooperação regional em matéria de defesa. (Fuccille; Rezende, 2013, p. 90).

O desenvolvimento do CDS deve-se ao fato da mudança de um cenário na América do Sul o qual contemplou a possiblidade para tal. Historicamente os países preocupavam-se com desenvolvimento principalmente econômico devido às suas próprias características como países subdesenvolvidos. Planos de desenvolvimento como o processo de substituição de importações (PSI) para a alteração de um mercado dependente para uma maior industrialização, bem como o despertar de uma consciência de interdependência a um capital estrangeiro após a crise de 2008. O desenvolvimento de uma agenda favorável a uma cooperação na área de defesa correlata com o período pós-Guerra Fria, o qual provê um espaço de maiores conversas e negociações. A aceleração de uma agenda mais cooperativa e de maior protagonismo dos países da América do Sul com o CDS é baseado em oito pontos, segundo Fuccille e Rezende (2013, p. 213-14):

> (...) a possibilidade de transbordamento das novas ameaças a outros países, como o narcotráfico colombiano para o Brasil e a contenda envolvendo Colômbia, Equador e Venezuela pela morte do número dois das FARC Raúl Reyes; (2) os conflitos subregionais, como os contenciosos envolvendo Peru e Equador, Bolívia e Chile, entre outros; (3) os movimentos autóctones difundindo um sentimento separatista, como ilustram Bolívia e Paraguai; (4) frear os ímpetos bolivarianos na região, sobretudo via isolamento da Venezuela e/ou dos países integrantes da Aliança Bolivariana para as Américas (Alba); (5) evitar uma corrida armamentista na região, com a adoção cresceste de medidas de confiança mútua; (6) solidificar o Atlântico Sul como uma área de paz, livre de armas nucleares e vital de projeção de poder ao Brasil, não permitindo a presença de potências extrarregionais (como o caso do Reino Unido e a questão das Malvinas); (7) impedir a materialização de uma política estratégica de segurança hemisférica definida a partir dos Estados Unidos para o subcontinente; e (8) concretizar os objetivos estratégicos da política externa brasileira de consolidação de um processo de integração sul-americano.

Como a própria criação do CDS fora uma iniciativa brasileira, o mesmo deve se empenhar a arcar com o ônus da responsabilidade que a própria instituição traz. Para a detenção de uma posição de *global player*, o Brasil deve demonstrar envolvimento em diversos acontecimentos internacionais importantes para o seu crescimento e reconhecimento dos demais Atores. O ponto principal é a capacidade brasileira em mobilizar seus esforços como grande ator regional para a possível liderança ou mesmo o desenvolvimento de instituições como o CDS para demonstrar sua coesão política de aproximação com as demais outras na América do Sul. Não obstante, após a criação do CDS, a mesma acabou que adotando um caráter secundário em relação a prioridade nas agendas dos países atuantes nesta. Fuccille e Rezende (2013, p. 92) afirmam que "(...) o CDS ainda não passou por nenhuma prova de fogo capaz de pôr em xeque a eficácia e eficiência dessa estrutura institucional, para além do gerenciamento – importante – de crises e a geração de externalidades positivas nos campos da segurança e da defesa. A capacidade de gerar alguma política sustentável, admirável e efetiva está distante de ocorrer, tanto devido a recente criação quanto a própria questão de prioridades.

4. Eixos sustentáveis da UNASUL[6]

A UNASUL no direito de organizar e concentrar as políticas externas na área de defesa na América do Sul consiste em seus termos alguns pontos importantes para a fundamentar as prioridades e as diretrizes para o cumprimento e obtenção dos esforços dos participantes. Para que aconteça a transformação de uma instituição frágil e iniciante para uma de natureza mais robusta. Ademais, uma postura mais cooperativa demonstra uma conjuntura mais pacífica e de maior confiabilidade, criando uma esfera mais interligada e previsível. Todos os eixos possuem Planos de Ação, o qual fundamenta todos os objetivos gerais.

O primeiro eixo aborda as políticas de defesa dos Atores. Rezende (2013) conclui que os esforços são bem organizados, com características transparentes – o qual reforça o argumento da maior confiabilidade e previsibilidade – visando a diminuição de custos para os envolvidos. A importância de abordar as políticas é significativa quando são analisadas as diferentes características internas dos países. É primário a abordagem das políticas, pois as mesmas podem frear as conversas e acabar que cancelando futuras conversas sobre o tema. Políticas distintas e conflitantes como por exemplo as do Brasil, Venezuela e Colômbia podem diminuir a importância da interdependência, e pela questão de seus pesos no sistema internacional, resultar em cancelamento das conversas. Os esforços focados trazem benefícios internos e reconhecimento importante externamente. "(...) a cooperação em defesa é útil e importante para uma região quando as instituições criadas contribuem para o fortalecimento dos Estados e quando seu sistema de *accountability* permite que os investimentos em defesa não sejam vistos como uma corrida armamentista" (REZENDE, 2013, p .189).

O segundo eixo aborda a cooperação militar, ações humanitárias e operações de paz. O eixo é objetivado principalmente pelo reconhecimento externo com atitudes na própria região, bem como "(...) mostram um entendimento regional sobre como atuar nas operações interaliadas" (REZENDE, 2013, p. 192), com consequências em prol de atores fora do contexto da própria cooperação regional, como no caso da ajuda humanitária na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH). A participação brasileira é ainda bem discreta, porém importante para o reconhecimento e o crescimento do próprio Brasil em ações futuras.

O terceiro eixo aborda os aspectos industriais e tecnologia de defesa, nos quais há parceria comercial com compras bilaterais de armamentos, projetos interdependentes e fluxo de capital para a área. O terceiro eixo visa tornar importante a questão da revitalização da indústria de defesa dos atores e especificamente sobre a do Brasil com os países da América do Sul. O princípio de uma maior relação cooperativa econômica, mas também nos moldes desse mesmo eixo, é relacionada com a iniciativa argentina com apoio brasileira na criação de uma aeronave, modelo IA-73 UNASUL-I, com fins para treinamento militar de pilotos. O projeto envolve a integração militar, bem como de inteligência e de indústria tecnológica na área.[7]

O quarto e último eixo aborda sobre formação e capacitação. De modo sucinto, o eixo correlata com o desenvolvimento do eixo anterior, promovendo a continuidade dos planos do mesmo. Este eixo é retratado como superficial em relação aos outros três anteriores. As políticas planejadas nada mais são do que uma tentativa de levar adiante as conversas no interior da UNASUL.

---

[6] Mais detalhes em Rezende (2013, p. 187)

[7] Análise por: Anna Luiza Dias, Carolina Carasek, Jonathan Siebauer e Vanessa Merkle. Disponível em: https://onial.wordpress.com/2014/07/11/unasul-i-um-passo-rumo-a-integracao-regional-sul-americana/. Acesso em: 29 abr. 2017

Considerações Finais

Analisando todos os aspectos abordados, bem como as informações e os dados de diversos atores, o CDS é apenas mais uma tentativa, dentro da UNASUL, para tentar mobilizar mais os países a configurarem uma conjuntura propícia à cooperação. As políticas são superficiais e tentam abranger o máximo possível de informações ligadas a defesa e cooperação, mas de certa maneira estas são superficiais e ineficazes por justamente abordar diversos países com políticas internas distintas. Assim como afirma Rezende (2013) "(...) *o que existe em termos de cooperação em defesa é ainda relativamente incipiente*". O caráter iniciante, bem como as políticas díspares e as prioridades das respectivas agendas tornam e configuram uma UNASUL frágil e rasa.

Ademais, em uma sublocação do CDS há uma iniciativa dos países com o Centro de Estudos Estratégicos de Defesa, segundo o próprio site:

> O propósito do CEED-CDS é contribuir para a consolidação dos princípios e objetivos estabelecidos no Estatuto do CDS, a partir da geração de conhecimento e difusão de um pensamento estratégico sul-americano em matéria de defesa e segurança regional e internacional, sempre por iniciativa do CDS.

Como afirma Rezende (2013), a iniciativa é primordialmente muito útil, justamente pela interação entre a academia com os oficiais militares, caracterizada pela relação entre pesquisadores, ministros da defesa e oficiais. O problema é que os estudos do Centro e seus resultados são de caráter sigilosos tornando-o, portanto, um órgão exclusivo, imprevisível e duvidoso. Outro problema encontrado trata da maioridade militar em cada ministério da defesa dos países em cooperação. Saint-Pierre – informação verbal – afirma: "*O problema de se pensar uma política de defesa sul-americana é que ela carece justamente do componente político, por ser excessivamente militarizada*" (apud REZENDE, 2013, p. 204).

Ademais, a provável causa da não continuidade e a progressão do CDS ou mesmo a UNASUL em geral em passos lentos, está diretamente relacionada ao cenário atual da América do Sul. O Brasil por contemplar uma posição importante na instituição com a alocação da maior parte dos recursos e a maior parcela do valor das trocas comerciais, devido em grande parte a proporção de seu tamanho com o dos países em geral, limita o desenvolvimento uma vez que surgem debilidades internas. A crise econômica e política atuais novamente mudam a prioridade na agenda nacional. A prioridade em organizar o país não é de caráter secundário por justamente delimitar o futuro de uma política externa bem elaborada e eficaz. A UNASUL, Mercosul, CDS e as demais instituições em que hajam participação brasileira demandam alocação de recursos para que haja sua progressão. Não obstante, outros atores importantes na região passam por fragilidades, como é o caso da Venezuela com sua crise doméstica,[8] a Argentina no contexto das mudanças colocadas em prática após a eleição de Macri[9] e o próprio caso brasileiro com o impedimento de Dilma Rousseff e a posse de Michel Temer.[10] A realidade destes atores, portanto, acrescem na questão limitativa da evolução e atuação da instituição. Outro entrave está na falta de experiência dos atores na integração de suas políticas, uma vez que ao longo do tempo existiram apenas conversas bilaterais e acordos com a mesma característica.

O principal fato é que por mais que hajam diversos obstáculos para com a cooperação regional, as negociações e conversas, os acordos e os esforços para continuar uma estratégia

---

[8] Disponível em: < http://www.bbc.com/portuguese/internacional-39716719>. Acesso em: 01 mai. 2017.
[9] Disponível em: < http://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/02/internacional/1491090915_004430.html>. Acesso em: 01. mai. 2017.
[10] Disponível em: < http://brasil.elpais.com/brasil/2016/08/30/politica/1472559177_490168.html>. Acesso em: 01 mai. 2017

interdependente que trará ganhos para todos devem ser progredidos ao longo do tempo. A interdependência traz consigo a elevada dificuldade na harmonização das políticas externas dos envolvidos, da mesma maneira que eleva também os esforços e a complexidade do multilateralismo. A inconstância no relacionamento entre os Estados sul-americanos, advindos de fatores externos e internos obstaculiza a integração total, pois esta depende, também, da estabilidade dos países da região. Portanto, a UNASUL e, mais especificamente, o CDS representam a tentativa de criar medidas de confiança e solucionar as contendas internas autonomamente, preparando o cenário sul-americano para um futuro aprofundamento da integração.

Referências bibliográficas

ABDUL-HAK, Ana Patrícia Neves. **O Conselho de Defesa Sul-Americano:** objetivos e interesses do Brasil (CDS) / Ana Patrícia Neves Abdul-Hak. – Brasília: FUNAG, 2013. 280 p. – (Coleção CAE). Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/1051Conselho_de_Defesa_Sul_Americano.pdf. Acesso em 28 abril 2017.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 47, n. 1, p. 162-184, Jun. 2004 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003473292004000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 abr. 2017.

ASSOCIAÇÃO LATINOAMERICANA DE INTEGRAÇÃO. **Quem somos?**. ALADI, sem data. http://www.aladi.org/sitioAladi/quienesSomosP.html. Acesso em 29 abr. 2017.

BRANDÃO, Inaê; COSTA, Emily. Venezuela fecha fronteira com o Brasil por 72h. **G1**, Roraima, 13 dez. 2016. Disponível em: http://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2016/12/venezuela-fecha-fronteira-com-o-brasil-por-72h.html. Acesso em 28 abr. 2017.

BRASIL. **Brasil e Paraguai renovam acordo militar até 2021**. Brasília, DF. 2016. Disponível em: http://www.brasil.gov.br/defesa-e-seguranca/2016/04/brasil-e-paraguai-renovam-acordo-militar-te-2021. Acesso em 28 abr. 2017.

BRASIL. Ministério da Defesa. Conselho de Defesa Sul-Americano. Brasília, DF, sem data. Disponível em: http://www.defesa.gov.br/relacoes-internacionais/foruns-internacionais/cds. Acesso em 25 abril 2017.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos**. Brasília, DF, sem data. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/integracao-regional/689-comunidade-de-estados-latino-americanos-e-caribenhos. Acesso em 29 abr. 2017.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. União de Nações Sul-Americanas. Brasília, DF, sem data. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/integracao-regional/688-uniao-de-nacoes-sul-almericanas. Acesso em 27 abril 2017.

BRASIL. Senado. Unasul: União de Nações Sul-Americanas para integração de defesas. Brasília, DF, sem data. Disponível em: http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/defesa-nacional/estrategia-nacional-para-reorganizaao-e-reaparelhamento-da-defesa/unasul-uniao-de-nacoes-sul-americanas-integracao-defesas.aspx. Acesso em 25 abril 2017.

BULL, Hedley. **A sociedade anárquica**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole. **Regions and Powers – the structure of International Security**. Cambridge University Press, 2003. pp.185-218.

CEPIK, Marco. **Segurança regional e integração na América do Sul**: o que a UNASUL poderia aprender com as experiências da OSCE e da Organização para Cooperação de Shangai. In: CEPIK, Marco (Org.). *Seguranca Internacional: praticas, conceitos, tendências*, São Paulo, SP, 2010.

Disponível em: http://professor.ufrgs.br/marcocepik/files/cepik_-_2010_-_seguranca_regional_integracao_america_sul.pdf. Acesso em 29 abr. 2017.

CONSELHO DE DEFESA SUL-AMERICANO (CDS)**. Estatuto Constitutivo do Conselho Sul-Americano de Defesa.** Dezembro, 2008. Disponível em: <http://www.cdsunasur.org/es/consejo-de-defensa-suramericano/documentos-oficiales/59-portugues/343-estatuto-do-conselho-de-defesa-sul-americano-da-unasul>. Acesso em: 25 abril 2017.

CORNETET. João Marcelo Conte. **A POLÍTICA EXTERNA DE DILMA ROUSSEFF: CONTENÇÃO NA CONTINUIDADE.** Rio Grande do Sul, v. 5, n. 24, p. 111-150, jul 2014. Disponível em: http://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/47628. Acesso em: 29 abr. 2017.

COTTEY, Andrew; FOSTER, Anthony. **Reshaping Defence Diplomacy**: New Roles for Military Cooperation and Assistance. Adelphi Paper 365. The International Institute for Strategic Studies. Oxford: Oxford University Press, 2004.

DEFESANET. **Brasil e Argentina assinam acordo para fortalecer a cooperação aeronáutica**. Brasília, 21 out. 2014. Disponível em: http://www.defesanet.com.br/br_ar/noticia/17179/Brasil-e-Argentina-assinam-acordo-para-fortalecer-cooperacao-aeronautica/. Acesso em 28 abr. 2017.

DIAS, L. et al. **UNASUL-I, um passo rumo à integração regional sul-americana.** Diponível em: https://onial.wordpress.com/2014/07/11/unasul-i-um-passo-rumo-a-integracao-regional-sul-americana/. Acesso em: 29 abr. 2017.

DINIZ, Rubens. O Brasil e o Conselho de Defesa Sul-Americano**. Carta Capital,** 24 fev. 2015. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/blogs/blog-do-grri/o-brasil-e-o-conselho-de-defesa-sul-americano-1178.html. Acesso em: 27 abril 2017.

DREGER, Fabrício Brugali. **Integração na América do Sul**: A Unasul e o Conselho de Defesa Sul-Americano. 2009. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/unasul/mono_dreger_unasul.pdf. Acesso em 24 abril 2017.

FRANKLIN, Cleber Batalha. **Segurança e Defesa nas relações entre o Brasil e a Venezuela.** In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 30, Caxambu, 2006. Minas Gerais: Grupo de Trabalho 08 – Forças Armadas, Estado e Sociedade, 2006, p. 31. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/cfa21/218.pdf. Acesso em 28 abr. 2017.

FUCCILLE, Alexandre; REZENDE, Lucas Pereira. **Complexo regional de segurança da América do Sul: uma nova perspectiva**. Contexto int**.**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, p. 77-104, Jun. 2013 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102852920130001000003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 abr. 2017.

GAMA, Marcos Vinícius Pinta. **O Conselho de Defesa Sul-Americano e sua Instrumentalidade**. In. ALSINA JUNIOR, João Paulo Soares; JOBIM, Nelson Azevedo; ETCHEGOYEN, Sergio Westphalen. Segurança Internacional: perspectivas brasileiras. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

LOYOLA, Guilherme Frizzera. **O Conselho de Defesa Sul-Americano: a busca por uma identidade de defesa.** 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/Leonel/Desktop/Downloads/2015_GuilhermeFrizzeraLoyola_VOrig.pdf>. Acesso em 27 abril 2017.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. 7ª reimpressão.

OEA - ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Nossa história**. OEA, sem data. http://www.oas.org/pt/sobre/nossa_historia.asp. Acesso em 29 abr. 2017.

OEA - ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Quem somos**. OEA, sem data. Disponível em: http://www.oas.org/pt/sobre/quem_somos.asp. Acesso em 29 abr. 2017.

PAGLIARI. Graciela de Conti. **Segurança e defesa na América do Sul**: a cooperação regional e o papel do Brasil. *Diálogo*, Canoas, n. 16, p. 13 – 29, jan./jun. 2010. Disponível em: https://biblioteca.unilasalle.edu.br/docs_online/artigos/dialogo/Aguardando_liberacao_direitos_autorais/2010_n16/gcpagliari.pdf. Acesso em: 26 abr. 2017.

PLANALTO. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acervo/galeria-de-presidentes>. Acesso em: 28 abr. 2016.

REZENDE, L. ***Sobe e desce!*** *Explicando a cooperação em defesa na América do Sul: uma teoria realista ofensiva.* 2013. 258 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2013. Disponível em: http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/88329. Acesso em 26 abr. 2017.

TRATADO CONSTITUTIVO DA UNIÃO DE NAÇÕES SUL-AMERICANAS. Planalto do Governo. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7667.htm. Acesso em 27 abril 2017.

UNASUR. ***Quienes somos?***. UNASUR, sem data. Disponível em: http://www.unasursg.org/index.php?option=com_content&view=article&catid=82:consejo-suramericano-de-defensa&id=329:estatutos-de-creacion-consejo-de-defensa-suramericano. Acesso em: 29 abr. 2017.

UNITED NATIONS. MINUSTAH; United Nations Stabilization Mission in Haiti. Disponível em: http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/minustah/. Acesso em: 29 abr. 2017.

VIGEVANI, Tullo; OLIVEIRA, Marcelo F. de; CINTRA, Rodrigo. **Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração.** Tempo soc., São Paulo, v. 15, n. 2, p. 31-61, nov. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103207020030002000003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 abr. 2017.

WOHLFORTH, William C. The Stability of Unipolar World. **Internacional Security** (1999).